

Curso/Disciplina: Direito Constitucional Objetivo

Aula: Nacionalidade - 04

Professor(a): Luis Alberto

Monitor(a): Sarah Padilha Gonçalves

Aula nº. 04

1. PERDA DA NACIONALIDADE

A perda da nacionalidade brasileira só poderá ocorrer nas hipóteses exaustivamente previstas na Constituição da República, no art. 12, § 4º - dispositivo este que não se sujeita à ampliação perpetrada pelo legislador ordinário, mas, tão somente, por meio de Emenda Constitucional.

Art.12. (...)

§ 4º - Será **declarada a perda da nacionalidade do brasileiro** que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:

a) de reconhecimento de **nacionalidade originária pela lei estrangeira;**

b) de **imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;**

Pela redação do art. 12, tanto o **BRASILEIRO NATURALIZADO** (hipótese 1 e 2) quanto o **BRASILEIRO NATO** (hipótese 2) **podem perder a nacionalidade brasileira.**

1.1. Perda-punição

Trata-se de hipótese aplicável **apenas aos brasileiros NATURALIZADOS** e decorre de punição por atividade constitucionalmente vedada.

A efetivação da perda neste primeiro caso, também conhecida como **perda-punição**, está na dependência da realização de dois requisitos:

- (I) **prática de atividade nociva ao interesse nacional**, isco é, atividade que viole a ordem pública ou a segurança social, e
- (II) como decorrência desse aro, a **decretação judicial, por sentença transitada em julgado, do cancelamento da naturalização**

Observações:

- **os efeitos da sentença judicial transitada em julgado**, que declara procedente o pedido feito na ação de cancelamento, não são retroativos (**são ex nunc**), afinal o cancelamento surtirá efeitos somente a partir da data em que a sentença que o determinou transitar em julgado;
- **a perda da nacionalidade por parte do antigo brasileiro naturalizado não atinge seu cônjuge ou seus filhos**, afinal **é personalíssima**;
- uma vez perdida a nacionalidade, em virtude do cancelamento da naturalização por sentença judicial com trânsito em julgado, **inexiste a possibilidade de o indivíduo, agora estrangeiro ou apátrida, recuperá-la por intermédio de novo processo de naturalização**.
 - o A referida possibilidade importaria **violação oblíqua da coisa julgada conquistada na sentença**.
 - o A única possibilidade do retorno à condição de brasileiro é a utilização do caminho judicial da ação RESCISÓRIA, se a sentença que decretou a perda não tiver transitado em julgado há mais de dois anos.
- A Lei federal nº 818/1949 prevê o trâmite processual a ser observado no Poder Judiciário para a ação de cancelamento de naturalização. Cumpre salientar que a **ação será proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** perante a **Justiça Federal**.

INFORMATIVO 694 DO STF

A **naturalização só pode ser desfeita por sentença judicial** (e não por processo administrativo). Com base, nesse entendimento, que deriva da leitura do art. 12, § 4º, I, da CF/88, o STF entendeu, em 2013 que, após ter sido deferida a naturalização, seu desfazimento só pode ocorrer mediante processo judicial, mesmo que o ato de concessão da naturalização tenha sido embasado em premissas falsas (erro de fato). O STF entendeu que os §§ 2º e 3º do art. 112 da Lei n.º 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro) não foram recepcionados pela CF/88, pois previam processo administrativo. **Assim, o Ministro de Estado da Justiça não tem competência para rever ato de naturalização**. STF. Plenário. RMS 27840/DF, rel. orig. Min. Ricardo Lewandowski, red. p/ o acórdão Min. Marco Aurélio, 7/2/2013 (Info 694).

1.2. Perda-mudança

Quanto à segunda hipótese de perda da nacionalidade (consagrada no art. 12, § 4º, II CF/88), também intitulada **PERDA-MUDANÇA**, pode-se dizer que é aplicável indistintamente a brasileiros natos e naturalizados.

Ocorrerá a perda da nacionalidade brasileira quando **o indivíduo, VOLUNTARIAMENTE, adquirir outra nacionalidade**. Nesse caso - e diferentemente do procedimento do inciso anterior, que exige processo judicial -, a perda se concretizará por mero **procedimento administrativo**, com trâmite processual no **Ministério da Justiça** (no

qual se assegura ampla defesa) e somente poderá ser confirmada através de Decreto do Presidente, dotado de **efeitos ex nunc**.

A CF elenca **exceções** à ideia central de que a aquisição de nova nacionalidade culmina na perda da nacionalidade brasileira, consagrando-se, assim, a possibilidade da **DUPLA NACIONALIDADE**:

- a) O **reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira** - Justifica-se tal autorização em virtude de a aquisição da nacionalidade originária ser resultado de fato natural (o nascimento) e, por isso, não guardar qualquer dependência com eventual manifestação de vontade.
- b) A **imposição de naturalização**, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, **como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis**.

Exemplo: Suponha que Raimundo, brasileiro nato, tenha saído do Brasil para morar nos Estados Unidos, onde reside há mais de 30 anos e que, nesse país, tenha obtido a nacionalidade americana como condição para permanecer no território americano. Nessa situação, caso deseje retornar ao Brasil para visitar parentes, Raimundo não necessitará de visto, pois não perderá a nacionalidade brasileira.

É possível a reaquisição da nacionalidade perdida? O indivíduo será brasileiro nato, novamente, ou brasileiro naturalizado?

A doutrina majoritária entende no sentido de que a reaquisição da nacionalidade depende da submissão ao procedimento de naturalização, de modo que o indivíduo (que um dia foi brasileiro nato) readquire o vínculo jurídico-político com o Estado brasileiro, mas agora na **condição de naturalizado**.

INFORMATIVO 859 DO STF

Para Gilmar Ferreira Mendes e Francisco Rezek, o ato do Presidente da República que **declara a perda da nacionalidade é meramente declaratório, pois a perda se deu com a própria naturalização**. Mazzuoli defende que o brasileiro nato que perde a naturalização ao se (re)naturalizar será brasileiro naturalizado com todas as implicações que esta situação jurídica lhe causa. Porém, o Supremo Tribunal Federal, em 18 de junho de 1986, ao julgar a Ext 441, tendo como Relator o Ministro Néri da Silveira, se pronunciou pela impossibilidade da extradição do brasileiro que readquiriu sua nacionalidade, conforme ementa a seguir: "Extradição. Havendo o extraditando comprovado a reaquisição da nacionalidade brasileira, indefere-se o pedido de extradição. Constituição federal, art. 153, parágrafo 19, parte final. Não cabe invocar, na espécie, o art. 77, i, da lei n. 6.815/1980. Essa regra dirige-se, imediatamente, a forma de aquisição da nacionalidade brasileira, por via de naturalização. Na espécie, o extraditando é brasileiro nato (Constituição Federal, art. 145, i, letra "a"). A reaquisição da nacionalidade, por brasileiro nato, implica manter esse status e não o de naturalizado. Indeferido o pedido de extradição, desde logo, diante da prova da nacionalidade brasileira, determina-se seja o extraditando posto em liberdade, se tal não houver de permanecer preso."

Se um brasileiro nato que mora nos EUA e possui o *greencard* decidir adquirir a nacionalidade norte-americana, ele irá perder a nacionalidade brasileira. Não se pode afirmar que a presente situação se enquadre na exceção prevista na alínea “b” do § 4º do art. 12 da CF/88. Isso porque, como ele já tinha o *greencard*, não havia necessidade de ter adquirido a nacionalidade norte-americana como condição para permanência ou para o exercício de direitos civis. O estrangeiro titular de *greencard* já pode morar e trabalhar livremente nos EUA. Dessa forma, conclui-se que a aquisição da cidadania americana ocorreu por livre e espontânea vontade. Vale ressaltar que, perdendo a nacionalidade, ele perde os direitos e garantias inerentes ao brasileiro nato.

Assim, se cometer um crime nos EUA e fugir para o Brasil, poderá ser extraditado sem que isso configure ofensa ao art. 5º, LI, da CF/88. Art. 12 (...) § 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; STF. 1ª Turma. MS 33864/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 19/4/2016

Se um brasileiro nato que mora nos EUA e possui o greencard decidir adquirir a nacionalidade norte-americana, ele irá perder a nacionalidade brasileira. Não se pode afirmar que a presente situação se enquadre na exceção prevista na alínea “b” do inciso II do § 4º do art. 12 da CF/88. Isso porque, como ele já tinha o greencard, não havia necessidade de ter adquirido a nacionalidade norte-americana como condição para permanência ou para o exercício de direitos civis. O estrangeiro titular de greencard já pode morar e trabalhar livremente nos EUA.

Dessa forma, conclui-se que a **aquisição da cidadania americana ocorreu por livre e espontânea vontade.** Vale ressaltar que, perdendo a nacionalidade, ele perde os direitos e garantias inerentes ao brasileiro nato. Assim, se cometer um crime nos EUA e fugir para o Brasil, poderá ser extraditado sem que isso configure ofensa ao art. 5º, LI, da CF/88. STF. 1ª Turma. MS 33864/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 19/4/2016 (Info 822). STF. 1ª Turma. Ext 1462/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 28/3/2017 (Info 859).